

A ESTRUTURA DO CONHECIMENTO TÁCITO EM POLANYI; UM PARADIGMA PÓS-CRÍTICO PARA A EPISTEMOLOGIA?

Maria Luísa Couto- Soares
Universidade Nova de Lisboa

1. A Filosofia pós-crítica de Polanyi

Personal Knowledge, a obra principal de Polanyi como filósofo, tem como subtítulo *Towards a Post-Critical Philosophy*. O pensamento filosófico de Polanyi, sobretudo no que diz respeito ao problema do conhecimento justifica plenamente este subtítulo. Pós-crítico significa que a sua teoria do conhecimento não só se distancia dos ideais e dos modelos que caracterizaram as perspectivas modernas sobre os saberes e nomeadamente sobre as ciências, como apresenta uma alternativa, um modo de olhar o conhecimento humano que recupera algumas ideias clássicas, revestidas num discurso diferente, o que lhes dá um novo sabor. Alguns dos aspectos do pós-criticismo de Polanyi são comuns a pensadores do século XX, como veremos, não são totalmente novos nem originais, embora Polanyi os tenha revestido com uma nova linguagem e integrado de

uma forma radical na sua concepção do conhecimento humano. E é interessante que um homem com uma vasta carreira científica nas áreas da medicina e da física química, tenha chegado pela sua própria experiência a uma visão do conhecimento humano muito próxima dos grandes pensadores críticos da positividade e da racionalidade científica dominante desde os finais do século XIX até aos nossos dias.

A primeira nota do pós-criticismo em Polanyi é a sua rejeição do “paradigma da certeza”, e da procura dum fundamento evidente e claro, que constitua o alicerce último de todos os conhecimentos. A pretensão de encontrar um ponto de partida único, que constitua uma base absolutamente certa na qual se pode fundar todo o nosso saber, constitui, ao contrário do que possa parecer, um ideal destrutivo para qualquer procura. Polanyi afirma claramente que qualquer investigação sobre as nossas crenças últimas, isto é, qualquer exame crítico que pretenda garantir com absoluta certeza a sua validade, só pode ser consistente se ela pressupuser as suas próprias conclusões. Por outras palavras, esta estratégia tem que ser intencionalmente circular. Porque na procura de uma fundamentação dessas certezas últimas, o que se procura estará sempre já implícito, pressuposto no próprio processo da procura.

Será esta circularidade originária viciosa para a estratégia heurística? Indagar dessas convicções e certezas últimas, e reconhecê-las explicitamente como os fundamentos sem os quais se poderia encetar qualquer forma de investigação, preenche, segundo Polanyi, todos os requisitos do seu autocriticismo. “Logicamente, escreve, todo o meu argumento não é senão uma elaboração deste círculo; é um curso sistemático de me ensinar a mim mesmo a defender as minhas próprias crenças.” ¹O autocriticismo é, assim, um

¹ *Personal Knowledge. Towards a Post-Critical Philosophy*, The University of Chicago Press, 1974 (PK), p. 299.

continuado trabalho de formar essas crenças pessoais e saber defendê-los de modo responsável, mesmo reconhecendo que essas «teses» não têm outra justificação além do facto de constituírem, elas mesmas, «a fecunda profundidade da experiência» (expressão de Kant).

A inevitável circularidade deste autocriticismo é reconhecida também, de forma muito semelhante por MacIntyre²: Observa-se uma circularidade na relação entre o que já sabemos e o que ainda não sabemos: o que sabemos apenas de uma forma potencial está já pressuposto no que sabemos realmente. Não se trata de uma circularidade viciosa. MacIntyre compara-a à circularidade a que se refere Tomás de Aquino, ao aprovar a tese aristotélica segundo a qual, antes de se formar uma indução ou um silogismo que dá origem ao conhecimento de uma conclusão, esta é de certo modo já conhecida e de certo modo não conhecida.

Esta circularidade comparece também em qualquer processo de interpretação e de compreensão.³ Heidegger refere explicitamente

² MacIntyre, *The Tasks of Philosophy. Selected Essays* vol I, Cambridge University Press, 2006, cap. 8: "First Principles, final ends and contemporary philosophical issues", p. 150: "In this relationship of what we now know to what we do not as yet know, a relationship in which what we only as yet know potentially is presupposed by what we already know actually, there is to be observed a certain kind of circularity. This is not, of course, the type of circularity the presence of which vitiates a demonstrative argument. It is the circularity of which Aquinas speaks in endorsing Aristotle' view "that before an induction or syllogism is formed to beget knowledge of a conclusion, that conclusion is somehow known, and somehow not known."

³ Cf. Heidegger, *Being and Time*, (tradução inglesa de Joan Stambaugh), State University of New York Press, 1996 I, V, § 32. É preciso notar, que em Heidegger, a compreensão é o modo existencial como o *Da-sein* projecta o seu ser para as próprias possibilidades. Ao desenvolvimento da compreensão, isto é do *ser para as possibilidades*, próprio do *Da-sein*, Heidegger chama interpretação. Esta última baseia-se existencialmente na compreensão, e não o contrário, não é o reconhecimento do que foi compreendido, mas sim a contínua abertura de possibilidades projectadas na compreensão. Neste contexto, o «círculo» da compreensão está enraizado na constituição existencial do *Da-sein*. O que aqui nos interessa sublinhar é a afinidade, salvando as distâncias, desta análise da circularidade da compreensão, com alguns aspectos da noção de conhecimento pessoal, que envolve sempre esse retorno ao centro originário do ser cuja

esta circularidade: toda a interpretação que contribua para uma compreensão do que está em causa, tem já que ter compreendido o que está a interpretar, e é dentro deste contexto de compreensão que ela trabalha, é dele que se alimenta. Ver aqui um círculo vicioso que deve ser eliminado ou evitado, ou mesmo sentir que se trata de uma imperfeição inevitável, é desvirtuar, deformar totalmente o que se entende por compreensão, assimilando-a a um certo ideal de conhecimento que, de facto, não é senão uma degeneração da autêntica compreensão. É possível conhecer algo, desde este ponto de vista, sem compreender o que se conhece, porque se mantém a distância, e se permanece na superfície das coisas. É um conhecimento em «linha recta», que avança sempre sem retorno, perde-se no infinito da linha, até se esvair na distância ou no esquecimento. No caso do «círculo», dá-se um constante retorno ao conhecimento mais primordial e originário, que se esconde no próprio círculo operando em todo o processo de interpretação e compreensão, como uma força centrípeta em direcção às próprias coisas em si mesmas, sendo que estas são intrinsecamente determinadas pela compreensão do seu ser.

Esta mesma ideia de conhecimento compreensivo, isto é, de um acto estritamente pessoal, que pressupõe e parte do que há de originário no núcleo mais profundo de quem conhece e compreende, Polanyi estende-a também ao próprio conhecimento científico. A sua ideia matriz de um conhecimento que envolve uma componente fiduciária, e um compromisso pessoal, põe em risco o ideal de objectividade da ciência. Uma objectividade entendida como a ausência, o silenciamento do sujeito, das suas faculdades, das suas crenças e convicções, da sua própria acção de conhecer. O que importa, nesta perspectiva, é o conhecimento como resultado posto em si, e a sua desapropriação do sujeito que conhece. O sujeito é

existência é um estar voltado para as possibilidades, e simultaneamente, para o que em si mesmo há de mais originário e primordial.

autenticamente despojado do seu conhecimento, porque não importa o seu acto de conhecer.

Claro que a nova perspectiva de Polanyi vai ser considerada como um retrocesso ao mundo da pessoa como actor principal e imprescindível para se compreender o conhecimento.

Polanyi reconhece imediatamente as críticas que esta atitude vai provocar: uma ciência- (embora Polanyi não estivesse aqui a falar exclusivamente de ciência) – uma ciência assim concebida estaria totalmente minada pelo subjectivismo das crenças pessoais e acabaria por conduzir ao *anything goes*. A esta objecção, Polanyi responde com uma distinção clara entre subjectivo e pessoal. Todos nós distinguimos entre o pessoal em nós, que intervém directamente nos nossos compromissos e empenhamentos, e os nossos estados subjectivos. Na medida em que o pessoal se subordina a requisitos que reconhece serem independentes de si mesmo, não é subjectivo; e na medida em que é uma acção dirigida por «paixões individuais», tão-pouco é objectivo. Transcende a disjunção subjectivo/objectivo.⁴ E o importante é o empenho e compromisso do conhecimento pessoal na sua intenção de universalidade. Neste sentido, é o empenho e compromisso na prossecução de uma investigação que visa, tanto quanto possível, a descoberta ou a resolução de um problema, que garante a via para a universalidade.⁵

Mas o problema mais fundo que aqui se põe é o seguinte: esta nova concepção de conhecimento, vai obrigar a uma reformulação do conceito chave do criticismo: o da justificação. Na definição de conhecimento científico de raiz platónica – crença verdadeira justificada – esta última nota «justificada» tem sido considerado a mais determinante. Um conhecimento, para ser científico deve ser, além de verdadeiro, justificado. Isto é, não basta *sabê-lo*, é

⁴ PK, p. 300.

⁵ PK, p. 303.

necessário *saber que o sabemos e como é que o sabemos*. A questão da «justificação» dominou o pensamento e escritos dos filósofos da ciência e dos epistemólogos do séc. XX.

Surpreendentemente, Polanyi parece voltar costas a toda esta problemática, já um pouco gasta. E escreve em *Logic of Liberty* estas palavras surpreendentes para alguns:

“Science can never be more than an affirmation of certain things we believe in. These beliefs must be adopted responsibly, with due consideration of the evidence and with a view to universal validity. But eventually they are ultimate commitments, issued under the seal of our personal judgment. At some point we shall find ourselves with no other answer to queries than to say “because I believe so.”⁶

Não tomemos estas palavras de Polanyi como a expressão de uma desilusão nem de descrédito quanto ao conhecimento científico. No texto citado, Polanyi desloca, por assim dizer, o *locus* da justificação, do nível abstracto, impessoal, objectivo das teorias, para aqueles que as constroem, descobrem, formulam e defendem.⁷

Em última análise, é o investigador como pessoa que pode dar garantias da veracidade de uma teoria, não simplesmente porque lhe parece ser assim, porque «crê» (é sua opinião) na verdade dessa teoria. Esta leitura seria verdadeiramente catastrófica para o estatuto, não só da ciência, mas de qualquer outra forma de saber. A concepção de conhecimento pessoal, como dissemos, desloca o ónus da justificação do conhecimento da esfera de algo como um *conhecimento em si*, para a acção pessoal de conhecer, acção que exige a responsabilidade e o empenhamento de quem conhece. Por outras palavras, e recorrendo a uma comparação metafórica: não é a

⁶ *Knowing and Being. Essays by Michael Polanyi* (Edited by Marjorie Grene) The University of Chicago Press, 1969 (KB)

⁷ Cf. PK, p.4.

teoria que deve comparecer como ré perante nós e apresentar-nos provas da sua veracidade; são aqueles que se empenharam seriamente na descoberta de uma teoria ou na resolução de um problema, que devem apresentar-se como réus e defender as teorias que seriamente e com uma intenção de universalidade, formularam.

Deste modo o conceito de *peçoal* transcende o subjectivo e o objectivo, não é nem uma coisa nem outra. Ou melhor, não é subjectivo na medida em que o peçoal se submete a exigências que são reconhecidas por si mesmo como independentes de si; tão pouco é objectivo, tendo em conta que a sua acção (cognoscitiva) é dirigida pelas suas próprias paixões intelectuais⁸. Esta mudança do lugar da justificação, da teoria *em si*, autónoma, sem qualquer forma de relação com o sujeito conhecedor, para os investigadores que contribuíram para a sua formulação ou construção vai exigir um empenhamento (*commitment*) responsável que afirma e defende aquilo em que realmente crê – em que deposita toda a sua confiança.

O programa «fiduciário» é uma pedra de toque do pós-criticismo de Polanyi. O carácter «fiduciário», no sentido em que o emprega Polanyi, e outros, como Ortega, Wittgenstein... não implica neste caso uma debilidade da razão, como à primeira vista pode fazer pensar.

Implica, sim, superar ou libertar-se de um preconceito que minaria toda a moral do seu projecto: esse “preconceito”, que dominou todo o período crítico da filosofia é a convicção de que a aceitação acrítica de crenças não fundadas nem provadas é o caminho que conduz à escuridão, à confusão total; a aproximação da verdade deve ser feita pela via da dúvida. Esse mundo de «crenças» herdadas, pela tradição, pela educação, pela autoridade dos nossos antepassados deve ser revisto, posto em causa, para purgar a mente de todas as opiniões sustentadas apenas por um acto de confiança, e

⁸Cf. PK, Cap. 6 “Intellectual Passions”, pp. 170-171

firmá-las num conhecimento fundado exclusivamente na razão – pense-se na dúvida universal, radical de Descartes. O método da dúvida é um corolário lógico do «objectivismo» – este método pressupõe a ideia de que desactivar, pôr fora do nosso campo de consciência toda a componente responsável e toda a confiança do compromisso pessoal, do sentimento de satisfação que acompanha toda a nova descoberta, é a única forma de garantir e de nos situar perante uma forma de conhecimento completamente determinado pela evidência objectiva. O pensamento crítico confia incondicionalmente neste método para evitar o erro e estabelecer a verdade.

2. Noção de *tácito*

A alternativa que Polanyi propõe à mentalidade científica moderna é a do conhecimento tácito, que conta com a profundidade do entendimento (Wolff), o “fundus animae” (Baumgarten), as «representações obscuras»: elementos ocultos, silenciosos, que laboram discreta mas eficazmente nas zonas mais profundas, possibilitando e facilitando todo o trabalho das nossas faculdades.

Sob a superfície daquilo que julgamos saber e sabemos, da nossa experiência quotidiana, do nosso modo de viver, há uma profundidade, um *bas-fond* que nos passa despercebido, do qual geralmente não somos conscientes, e que, no entanto, constitui o subsolo das nossas experiências do mundo, das nossas percepções, juízos, acções. Como disse, o tema não é novo, ele surge, explicita ou implicitamente, em pensadores tão variados como Platão, Kant, Ortega, Wittgenstein e sobretudo na fenomenologia – Husserl, Heidegger, Merleau Ponty.

Polanyi explora de uma forma muito clara e com uma profunda convicção, como a estrutura do conhecimento tácito determina a estrutura dos actos de compreensão, e examina, a acção calada

deste «fundo» ignoto no exercício das faculdades humanas, como um impulso ou uma força secreta que as potencia. Estes estratos mais profundos, subterrâneos, constituem diferentes modos de apreendermos e de compreendermos a multiplicidade e variedade da realidade em que vivemos. Ou melhor, não são propriamente modos de apreender, de conhecer, mas constituem o subsolo no qual assenta toda a nossa experiência: “podemos saber mais do que somos capazes de dizer” – isto parece óbvio, mas não é nada fácil dizer exactamente o que significa, nem como interpretá-lo.

O melhor modo que Polanyi encontra para exprimir o conhecimento tácito é aproximá-lo do sentido de *indwelling*⁹, próximo do *contar com* (Ortega), fiar-se de confiar em (Wittgenstein), e sobretudo de *ser-no-mundo*, habitar em, ter o mundo como a nossa morada, estar em casa (Heidegger).¹⁰

⁹ Tonalidades diversas: *Indwell* (habitar, morar); *indwelling* (que reside connosco, ou talvez melhor onde habitamos onde estamos.) Cf. Ortega, *Ideas y Creencias, Obras Completas* vol. V: “Las creencias constituyen la base de nuestra vida, el terreno sobre que acontece. Porque ellas nos ponen delante de lo que para nosotros es la realidad misma. Toda nuestra conducta, incluso la intelectual, depende de cual sea el sistema de nuestras creencias auténticas. En ellas ‘vivimos, nos movemos y somos’.(...) Cuando creemos de verdade en una cosa no tenemos la ‘idea’ de esa cosa, sino que simplemente ‘contamos com ella’”; Wittgenstein emprega *confiar*, (*Fürwahrhalten*) «condição nativa do espírito» (*On Certainty*, 172). *Fürwahrhalten* é também o termo de Leibniz em *Novos Ensaios*, IV, capítulo sobre os graus de assentimento. E no texto sobre a «escala»...No sentido de *habitar, morar*, a noção de Polanyi tem afinidades com Heidegger... Cf. Innis, Robert E. – “Heidegger’s Model of *subjectivity*, a Polanyian Critique” in Sheenan (ed.) *Heidegger: The man and the thinker* Transactions Publishers, New Jersey, 1981 (<http://books.google.com>)

¹⁰ Cf. Innis, Robert E. – *art.cit.* Cf. *Being and Time*, I-II §§ 13-17; p. 76: “World is always already predisposed for circumspect heedfulness together with the accessibility of innerworldly beings at hand. Thus, it is something “in which” Da-sein as a being always already was, that to which it can always only come back whenever it explicitly moves toward something in some way.”

Gelven comenta explicitando que *ser-no-mundo* é o pressuposto último do conhecimento, isto é, a ontologia precede a epistemologia. A epistemologia adopta como base a distinção e dualidade conhecedor/conhecido ou sujeito/objecto. Mas a montante desta distinção, está o facto de o sujeito *ter um mundo* no qual pode ocorrer o objecto. O conhecimento, no entanto, não se dá por si só, o mundo não é uma colecção de objectos, conhecidos, um por um, pelo sujeito. Qualquer relação com objectos, pessoas do mundo pressupõe um *a priori* existencial, o *ser, estar, habitar-no-mundo*. (Cf. *A Commentary on Heidegger’s Being and Time*, Northern Illinois University Press, Dekalb, Illinois, 1989, p. 58 ss.

Mas até à identificação do conhecimento tácito como *indwelling*, há um caminho a percorrer, com diversas explorações desde o nível perceptivo, até às várias formas de conhecer, incluindo o científico.

A noção de *indwelling* foi associada a uma espécie de empatia, compreensão, como a forma de acesso adequada para o conhecimento do homem e das humanidades. É certo que tanto no caso do conhecimento do outro como no da compreensão e gozo de uma obra de arte, o sentido de *indwelling* é o adequado: conhecer o outro é “pôr-se no seu lugar”, empregando uma expressão leibniziana; e só aprecia uma obra de arte quem de algum modo a interioriza, a faz *morar* em si.

No entanto, para Polanyi, esta nítida distinção entre o que se costuma entender por humanidades e as ciências da natureza não faz sentido. A sua noção de *indwelling*, derivada da análise da estrutura do conhecimento tácito, tem um sentido muito mais amplo do que a *empatia*, a compreensão do humano por uma via não totalmente explicitável, mas mais profunda do que o mero conhecimento de algo que está aí fora de nós: encontramos a noção de *indwelling* no caso da aceitação, ou melhor da adopção de ensinamentos práticos e aquisição de perícias, que não podem traduzir-se em regras explícitas.¹¹ E, de modo análogo, em todos processos lógicos das diversas ciências: confiar numa teoria para compreender a natureza é interiorizá-la, isto é, *prestamos atenção* aos fenómenos que são

¹¹ A este propósito, cf. Aristóteles, *Ética a Nicómaco*, 1104a1-10. Em tudo o que diz respeito à prática, temos de procurar esclarecer-nos a partir de uma consideração e caracterização apenas nos seus traços gerais, não podemos contar com o rigor e a deliberação exaustiva. “Nada do que diz respeito à prática de acções ou à obtenção do que é vantajoso tem algo de estável, tal como o não tem o que concerne o estado de saúde. (...) Não se pode exigir rigor ao princípio de cada uma das situações concretas que de cada vez se constituem. Elas não caem sob a competência de nenhuma perícia nem estão expostas a nenhuma ordem ou comando.” Isto é, nas situações particulares com que nos deparamos, não dispomos de um saber teórico prévio, nem de umas regras explícitas que permitam chegar a uma conclusão rigorosa. É na própria acção que vamos adquirindo experiência e as disposições que facilitam as opções mais correctas. Mas todo este processo se passa de um modo implícito e não há regras nem ordens explicitáveis.

vistos à luz dessa teoria; é *a partir* desta que compreendemos esse estrato de superfície; sem o fundo teórico, o que simplesmente aparece seria um enigma ou uma confusão. Temos consciência da teoria ao aplicá-la na compreensão do espectáculo que ela se propõe explicar¹².

3. A estrutura do conhecimento tácito

a) O *proximal* e o *distal*

Na Introdução a *The Tacit Dimension*, (TD) Polanyi expõe os diversos aspectos do conhecimento tácito: funcional, fenomenal, semântico e ontológico.

"A estrutura básica do conhecimento tácito mostra que todos os pensamentos contêm componentes das quais somos subsidiariamente conscientes no conteúdo focal do nosso pensamento, e que todo o pensamento assenta (*dwells*) no subsidiário, como se fossem partes do seu corpo. " (...) "Só conhecemos o primeiro termo, confiando na nossa consciência deste para prestar atenção ao segundo"¹³. Pensemos no caso de um rosto humano, na fisionomia de uma pessoa em concreto: como e porquê somos capazes de reconhecer um rosto entre milhares de rostos nos quais figuram os olhos, o nariz, a boca, a testa, o queixo, etc.? Não há dúvida que somos capazes de reconhecer um rosto entre milhares, mas normalmente não sabemos dizer como é que reconhecemos esse rosto de alguém conhecido. E não nos é possível explicar como é que a partir dos agrupamentos dos traços particulares, nos lembramos ou reconhecemos o rosto. O que se passa neste caso? Ao olhar um rosto particular, fazemos um acto de confiança na nossa consciência dos traços fisionómicos para prestar atenção à aparência característica do rosto. A nossa atenção *parte* dos traços fisionómicos *para* o rosto.

¹² Cf. *The Tacit Dimension*, (TD) The University of Chicago Press, 2009, pp.16-17

¹³ TD, p. 10.

Não somos capazes de *especificar os traços*, e no entanto são estes que tornam possível o reconhecimento do rosto¹⁴. As particularidades dos traços fisionómicos do rosto são o primeiro termo, a percepção e reconhecimento do rosto, o segundo termo: o que vemos é *o rosto*, passando inadvertidamente pelos seus elementos particulares, que estão latentes no acto perceptivo e o tornam possível. A conexão entre o primeiro e o segundo termo permanece tácita – calada, silenciosa. É a ponte que nos conduz directamente dos elementos constitutivos que estão aí presentes à consciência, à percepção do todo. Esses elementos tácitos, implícitos, passam inadvertidos, exercem apenas uma função subsidiária em ordem à percepção do todo. De certo modo, o primeiro termo – os elementos particulares – estão mais próximos de nós. São os que afectam directamente os nossos sentidos. O segundo termo, o todo percebido, está mais distante, isto é, apercebemo-nos dele como algo que está aí, mas fora de nós. Empregando uma terminologia da anatomia, Polanyi designa o primeiro termo como *proximal* e o segundo como *distal*. O primeiro, o *proximal* passa-nos inadvertido, isto é, não nos detemos nele, a nossa atenção não fica presa de dados sensoriais simples e avulsos, e por isso mesmo não somos capazes de o explicitar.¹⁵

¹⁴ Cf. TD, p. 10

¹⁵ A análise da percepção, apresentada por Polanyi como o exemplo e a forma mais empobrecida de conhecimento tácito, assenta na *Gestalt Psychology* e nalgumas experiências que “revelam a diabólica maquinaria da persuasão oculta. De facto, não são mais do que demonstrações elementares da faculdade pela qual apreendemos a relação entre duas ocorrências, ambas conhecidas por nós, mas das quais apenas uma somos capazes de explicitar.” (TD, p. 7) Veja-se por exemplo a experiência de Lazarus e McCleary em 1949. O exercício desta faculdade de apreender uma das ocorrências, *sobre* a outra que permanece numa zona subliminar da consciência é designado por estes autores como um processo de “*subception*”: podemos dizer que é o acto de confiança nos elementos sensitivos, uma confiança cega porque não advertimos esses elementos, (por isso é **sub-ception**) é eficaz, porque nos permite a percepção de um todo. Em PK, foi a partir deste processo subjacente à formação da *Gestalt* que Polanyi derivou a sua concepção de conhecimento tácito. No entanto, observa que a conexão entre a *subception* e a *Gestalt* quase não mereceu atenção por parte dos psicólogos ao longo das controvérsias sobre a validade da *subception*. Polanyi refere apenas um artigo de Klein, George S. “On Subliminal Activation”, *Journal of Nervous Mental Disorders* (vol. 128, 1959, pp. 293-301: “It requires no experimental

b)O focal e o subsidiário

O «focal» e o «subsidiário» correspondem a dois estratos da consciência, um centrado em algo que preenche a nossa atenção, outro periférico do qual não nos damos conta, é inadvertido, implícito, oculto. É neste factor *subsidiário* que confiamos «cegamente» como meio, instrumental para o conhecimento focal. Não se dá um conhecimento puramente focal – isto é, não conhecemos nada que não se nos apresente integrado num horizonte constituído por crenças, juízos tácitos, reminiscências, horizonte no qual *habitamos*. Qualquer conhecimento se dá necessariamente contextualizado, ou mesmo alicerçado num horizonte que detemos tacitamente, silenciosamente e que não saberíamos explicitar. O termo *subsidiário* pode induzir-nos em erro se o entendemos como uma espécie de auxílio, de reforço (seja ele de que natureza for), portanto como algo que se acresce ao conhecimento focal como um *plus* que contribui para uma melhor compreensão e integração daquilo que se conhece. Não é esse o sentido de *subsidiário*, neste caso. O subsidiário é algo *subjacente*, um fundo que serve de alicerce e torna possível qualquer forma de pensar ou conhecer. Como já disse, não se dá um conhecimento puramente *focal*, isto é, não conhecemos nada isoladamente, mas sempre inserido num horizonte que pode passar-nos despercebido. Se no processo heurístico de qualquer ciência, ocorrem certas “intuições”, estas não são mais do que pistas, precognições, vislumbres de possíveis soluções. Mas não são estas “intuições” que constituem a componente tácita do conhecimento neste caso. O termo «intuição» é aliás bastante ambíguo, mas não se trata agora de explicitar os seus possíveis

demonstration to say confidently that we are not aware of all the stimuli which we use in behaviour” observa Klein.

Sobre a *Gestalt* e as análises da integração perceptiva, cf. Fabro, Cornelio – *Percezione e Pensiero*, Morcelliana, Brescia, 1962, cap. III 3-4.

sentidos. Joseph Royce¹⁶, faz esta identificação entre conhecimento tácito e intuição ao referir a importância do pensamento de Polanyi para a compreensão dos processos heurísticos nas ciências. Esta interpretação de Royce baseia-se num texto de PK, em que Polanyi se refere ao modelo heurístico das matemáticas:

"The manner in which the mathematicians works his way towards discovery, by shifting his confidence from intuition to computation and back again from computation to intuition, while never releasing his hold on either of the two, represents in miniature the whole range of operation by which articulation disciplines and expands the reasoning powers of man. This alteration is asymmetrical, for a formal step can be valid only in virtue of our tacit confirmation of it. Moreover, a symbolic formalism is itself but an embodiment of our antecedent unformalized powers – an instrument skilfully contrived by our inarticulate selves for the purpose of relying on it as our external guide. The interpretation of primitive terms and axioms is therefore predominantly inarticulate, and so is the process of their expansion and representation which underlies the progress of mathematics. The alternation between the intuitive and the formal depends on tacit affirmation, both at the beginning and at the end of each chain of formal reasoning."¹⁷

Note-se que o que está em causa neste texto do capítulo "Articulation", é a relação ou a passagem do *inarticulado* para o *articulado*, que assenta num acto de confiança tácito no fundo inarticulado da nossa consciência. Como temos visto, a estrutura do conhecimento tácito é sempre um movimento espontâneo entre um primeiro termo (inarticulado, informal, antecipatório, oculto...) e um segundo termo. A intuição pressupõe já esse «fundo» tácito, não se

¹⁶. Joseph Royce, "Cognition and Knowledge", *Handbook of Perception. Historical and Philosophical Roots of Perception*, vol. I (Ed. Edward C. Carterette and Morton P. Friedman), Academic Press, New York, San Francisco, London, 1974 p. 170-171. Note-se também, que é nos escritos posteriores a PK que Polanyi clarifica e explora a estrutura do conhecimento tácito.

¹⁷ PK, p. 131.

identifica totalmente com ele; ela ocorre *sobre* um subsolo de crenças básicas, de outros conhecimentos adquiridos mas enterrados no abismo da memória.

Considerando a intuição como algo de subjectivo, Royce aponta imediatamente a fragilidade do pensamento de Polanyi, que reside na falha de uma explicação adequada sobre como a subjectividade da simbolização e da intuição se relaciona com critérios de verdade científica. Embora constitua uma componente significativa do conhecimento científico, a subjectividade inviabiliza a procura da verdade científica.

Como vimos, esta crítica recorrente ao pensamento de Polanyi, não tem em conta a distinção entre o *subjectivo* e o *peçoal*, que está claramente expressa em várias páginas de PK.¹⁸ O conhecimento pessoal assenta nas capacidades, competências, perícias do sujeito, mas submete-se sempre a uma decisão responsável orientada pelas exigências e reivindicações do que, em boa consciência, se deve considerar como verdadeiro. A actividade pessoal de investigar, de descobrir, de conhecer, reúne diversos aspectos em causa na conquista pessoal da consciência subsidiária de particulares para aceder ao todo que estes particulares compõem. Mas toda esta actividade reflecte um continuado compromisso na procura de resultados com uma intenção universal (*universal intente*.) Neste jogo cognitivo não tem sentido continuar a pensar na habitual disjunção subjectivo/objectivo.

Note-se também, que é nos escritos posteriores a PK que Polanyi clarifica e explora a estrutura do conhecimento tácito. Todo o conhecimento explícito tem uma raiz tácita, releva de capacidades tácitas que são a faculdade última através da qual os seres humanos adquirem conhecimento: por exemplo, a compreensão do significado de todos os símbolos – linguísticos, matemáticos – assenta na

¹⁸ Cf. pp. 15, 17, 48, 104, 305-306, 324, 346.

performance tácita do sujeito cognoscente. Se este coeficiente tácito for eliminado, todas as palavras escritas, todas as fórmulas e gráficos deixarão de ter qualquer sentido. A compreensão das palavras e de outros símbolos é um processo tácito. As fórmulas matemáticas, as palavras e outro tipo de símbolos gráficos podem oferecer várias formas de informação, mas não podem oferecer a compreensão dessa mesma informação. É a este processo de compreensão de um formalismo simbólico que se refere Polanyi no texto acima citado, explicitando que a formalização não é senão uma incorporação de capacidades inarticuladas antecedentes. A alternância entre o intuitivo (ou seja entre o inarticulado) e o formal (o articulado) depende de afirmações tácitas, no início e no final de cada encadeamento de raciocínio formal. O emprego, neste texto de PK do termo *intuição* refere-se à presença em nós das capacidades tácitas, que permitem a passagem da captação primeira de algo inarticulado, para a articulação desses elementos avulsos num todo com sentido.¹⁹ Não se trata, portanto, de uma passagem ou de uma relação entre um conhecimento *subjectivo* e um conhecimento *objectivo*, mas de duas etapas da compreensão: um conhecimento tácito, no sentido de não articulado adequadamente através de símbolos e de formalizações que permitam a sua clara transmissão a outros, e a articulação, através da capacidade implícita de dominar símbolos, que permite a passagem desse conhecimento tácito a um conhecimento explícito, verbalizado.

As *intuições* são pistas (*clues*), luzes fugazes, premonições, que antecedem e, no caso da investigação científica originam um processo moroso e difícil de reorganização e articulação. Neste processo concentramo-nos em algo que *não conhecemos*. Como é isto possível? Aparentemente é paradoxal; mas mesmo antes de encontrar a solução de um problema, temos uma certa noção dela

¹⁹ Sobre a relação inarticulado/articulado na estrutura do conhecimento tácito cf. Yu Zhenhua, "Tacit Knowledge/ Knowing and the Problem of Articulation" Polanyi Ressources, www.missouriwestern.edu/orgs/polanyi

como temos uma certa ideia de um nome que esquecemos. E é precisamente isso que se passa no modelo heurístico: “Olha para o desconhecido! diz Polanyi. Olha para o fim! Recorda-te do teu propósito (objectivo) (*aim*). Não percas de vista o que está a ser pedido (perseguido, requerido...). Olha para a conclusão!”²⁰

²⁰Cf. PK. p. 127. Polanyi cita Polya, *How to Solve it*, Princeton, 1945, p 172.

4. Críticas, objecções:

Uma das críticas dirigidas à epistemologia de Polanyi, assinala a restrição da sua teoria ao nível do conhecimento perceptivo. Esta crítica é injusta. Se é certo que a *Gestalt* constituiu uma das suas primeiras fontes de inspiração, e as análises do elemento tácito recorrem a abundantes exemplos do campo da percepção, encontramos também nos escritos de Polanyi a sua atenção a outros níveis de conhecimento: nomeadamente, ao problema da generalização, da formação do conceito e seu estatuto, etc. Na escala de níveis, hierarquias e formas de conhecimento, Polanyi reconhece sempre «poderes de integração» desde os estratos mais básicos e elementares, aos mais complexos. Mas atribui-lhes a mesma estrutura. Neste caso, tem razão Rom Harré, um dos seus principais críticos: o conhecimento tácito na percepção é qualitativamente diferente do conhecimento proposicional e uma teoria do primeiro é inadequada para explicar a estrutura lógica do segundo. Isto põe em causa a tese central de Polanyi: a estrutura do conhecimento tácito, tal como a descreve, poderá ser uma boa perspectiva para a compreensão de toda a complexidade do conhecimento humano? Esta complexidade poderá ser remetida para um modelo único aplicável a todos os níveis, não só do conhecimento, mas também das artes, da acção humana, enfim de todas as esferas da vida humana?

Embora o problema da percepção tenha inspirado a Polanyi uma primeira pista para a estrutura do conhecimento tácito, não é verdade que a dimensão tácita se esgote nesta forma primeira de acesso ao mundo real. Nem tão-pouco é certo – como afirmam alguns – que para Polanyi todo o conhecimento se possa no fundo reconduzir à percepção. De qualquer modo, seria interessante fazer uma análise mais detalhada do modo como a integração perceptiva –

problema ainda em debate na psicologia e filosofias da percepção actuais – constitui um indício, e mesmo um bom exemplo do que é o conhecimento tácito. Mas não podemos deter-nos agora nesta questão, que vem de longe. Ela encontra uma primeira formulação em Aristóteles, depois Tomás de Aquino... E a psicologia da *Gestalt* contribuiu certamente para a compreensão da integração perceptiva que tem indubitavelmente um carácter tácito.

Antes de prosseguir, é conveniente notar aqui o seguinte: é natural aproximar a noção de *tácito* de outras noções familiares, como por exemplo a de inconsciente, (o inconsciente freudiano), a de «inferência inconsciente» (Helmoltz), a de *knowing how* (G. Ryle) ou a de abdução (Peirce).

Convém desde já distinguir o conhecimento tácito do inconsciente. É diferente falar de um conteúdo *inadvertido* e de um conteúdo *inconsciente*. Remetemos para a distinção de Stumpf:²¹

Inconsciente, em sentido estrito abarca todas as situações ou actividades que escapam totalmente a qualquer função conhecida de imaginar, pensar, querer, etc.; seguem as suas leis próprias que não são acompanhadas nem sequer de um *minimum* de consciência, de forma que não podem ser trazidas à consciência nem no momento em que se dão, nem depois.

Inadvertido engloba as faculdades perceptiva, intelectual e todo o horizonte subsidiário, que não estão actualmente presentes na consciência actual concomitante, estão ocultas, caladas, implícitas, mas que podem ser trazidas à presença através de um acto de atenção. Por exemplo, ao olhar uma paisagem, ao ouvir um concerto ou mesmo simplesmente ao andar a pé, ocorre uma quantidade de funções e relações das quais somos conscientes apenas de algumas.

²¹ Cf. Stumpf, C. *Erkenntnislehre*, Leipzig, 1939, I § 19, p. 338 (echo.mpig-berlin.mpg.de/ECHODocuViewfull)

Essas relações e funções estão presentes mas não são advertidas; estão, no entanto, presentes no complexo sensorial de um modo latente, oculto, silencioso. Normalmente passam inadvertidas, mas isso não quer dizer que não possamos fazer incidir a atenção sobre elas. Não se pode dizer que os movimentos que fazemos com os músculos das pernas ao andar sejam inconscientes; podemos concentrar-nos nesses movimentos *proximais*, o que provavelmente irá provocar alguma atrapalhação no andar, precisamente porque passamos do *distal* (o todo do movimento que ocupa o núcleo da consciência) para o *proximal* (elementos particulares desse movimentos), o que nos faz perder de vista, por assim dizer, o conjunto de movimentos implicados no andar; se estamos a assistir a um concerto sinfónico, ouvimos normalmente o conjunto dos instrumentos tocando em harmonia; mas podemos fixar a atenção, por exemplo na fisionomia de algum músico em particular ou no vestido de uma violinista e desatender a peça sinfónica que estamos a ouvir. Outro caso diferente ocorre quando algum desses elementos inadvertidos, mas presentes à consciência, cessa: o moleiro que está a dormir desperta-se em sobressalto quando o moinho pára. Se o ruído do moinho não fosse uma sensação inadvertida, mas presente na zona latente da consciência do moleiro, ele não acordaria ao deixar de ouvir o ruído. Os exemplos podem multiplicar-se.... Portanto, a componente inadvertida (sensações) permanece de certo modo «co-presente» às advertidas pela consciência.²² Em todos os textos de Polanyi, está bem claro que a componente tácita, implícita, inadvertida e a componente explícita, advertida, são duas *componentes* que constituem toda e qualquer forma de conhecimento e de actuação. A primeira não é, de modo algum uma espécie de «depósito» ou «reservatório» de «material», de conteúdos

²² Stumpf, C. *ob.cit.* I, § 19, p. 339 identifica esta «consciência concomitante» com a *koinê aisthesis* aristotélica.

incoerentes²³. A componente tácita é *inespecífica*, isto é, ao passar inadvertida, oculta, silenciosa, não somos capazes de descrever ou de identificar os seus elementos aquando de um acto de conhecimento – uma percepção, um juízo, uma acção. Na percepção não somos capazes de dar conta da multiplicidade de sensações, da apreensão implícita da espacialidade do percebido, enfim da própria integração perceptiva; no juízo explícito, não especificamos o que nele está implícito, a noção de identidade, de mesmidade, de pertença ou de diferença, alteridade, não-pertença, do seu enquadramento temporal...; na acção – desde o simples andar de bicicleta, à criação artística ou a um acto moral – não somos capazes de especificar os movimentos musculares, o sentido de equilíbrio, no caso do andar de bicicleta, a técnica, o como se seleccionam as cores ou os sons, como se combinam, os movimentos dos dedos e de todo o corpo ao tocar um instrumento, no caso das perícias musicais, os motivos, todas as intenções últimas, os propósitos que estão implícitos num acto moral. A consciência focal não se concentra nesses factores, isto é não nos damos conta deles, não concentramos neles a nossa atenção: mas não são totalmente inconscientes.

Em suma: se por um lado o modelo da dimensão tácita, se revela como uma perspectiva luminosa para a compreensão do conhecimento e acção humanas, e diagnostica com acerto muitas das deficiências e doenças da mentalidade moderna, por outro lado, não o podemos considerar como a panaceia única que resolva todos os problemas. Mas, as ideias de Polanyi são como uma lufada de ar fresco, que podem contribuir para renovar e ultrapassar alguns dos impasses da epistemologia tradicional.

Um 1º impasse: a exigência de fundamentar todo o conhecimento em dados absolutamente certos e seguros, quer sejam

²³Cf. Wigner, E. P. e Hodgkin, R. A. *Michael Polanyi 1891-1976* "Biographical Memoirs of Fellows of the Royal Society", 23 (1977), pp. 413-448., p. 432

os *sense data*, quer seja o *Cogito* cartesiano. Em alternativa, Polanyi considera inevitável contar desde o início com «a componente fiduciária» - aquelas crenças originárias, básicas das quais não podemos prescindir sem correr o risco de paralisar toda a actividade cognitiva. Como diria MacIntyre, podemos conhecer sem saber ainda que conhecemos, enquanto para a tradição moderna cartesiana, se conhecemos, temos que saber que conhecemos.

Em segundo lugar: a exigência de regras e de procedimentos explícitos – totalmente explícitos – na prossecução da investigação com a consequente exclusão de qualquer elemento tácito parece ser um requisito do rigor da ciência e condição para alcançar certezas objectivas. De facto, torna-se um obstáculo e um travão para a imaginação inventiva que pode fazer avançar muito mais rapidamente a heurística.

Por último: o preconceito de considerar uma debilidade intelectual dar crédito e confiar em crenças ou tradições, sem as filtrar pelo crivo da razão. O empenhamento (*Commitment*) pessoal pressupõe a componente fiduciária: os dois elementos estão intimamente ligados: o conhecimento pessoal empenhado, implica a crença, na forma do assentimento fiduciário àquilo que se sabe. Neste sentido, o empenhamento é a única via de aproximação ao universalmente válido.

O caso paradigmático do conhecimento científico, que pressupõe o pleno desenvolvimento e empenhamento de todas as faculdades humanas, é sempre uma procura e aproximação de uma nova descoberta. Isto pressupõe um acto de conhecer profundamente comprometido com a convicção de que há algo a descobrir. Este acto de conhecer é pessoal, no sentido em que envolve toda a personalidade do investigador, impelida por um forte sentido de responsabilidade na procura de uma verdade oculta, que reclama os

seus esforços para a descobrir, e no sentido em que o seu conhecimento implica um acto pessoal de julgar que manifesta a evidência de uma realidade exterior, da qual se procura apreender algum aspecto particular.

Neste sentido, a compreensão do conhecimento humano pressupõe a consideração do amplo espectro que nele está implicado: um acto de conhecer não é um acto isolado, (embora seja muitas vezes solitário), mas envolve toda a personalidade de quem procura e conhece, todas as faculdades e capacidades pessoais, envolve o passado, a tradição, a comunidade, e compromete o fundo ignoto, o que há de oculto nas profundidades de cada ser humano. Por isso, uma teoria do conhecimento linda com muitas outras dimensões da natureza humana e suas manifestações: desde a arte, a criatividade, ao contexto cultural e educativo, e às últimas questões que interpelam a condição humana.

A filosofia do conhecimento, a epistemologia, situa-se, assim, numa grande teia que se estende à antropologia, à psicologia filosófica, às tradições culturais e científicas, reunificando o passado com o presente, o herdado com a inovação constante, uma teia complexa mas muito mais esclarecedora e realista do que qualquer perspectiva redutora e monolítica do conhecer humano.